



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.768-A, DE 2022

(Do Sr. João Maia)

Dispõe sobre a organização, o funcionamento e a operação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, pela aprovação, com substitutivo (relatora: DEP. ANY ORTIZ).

NOVO DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;

COMUNICAÇÃO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Econômico:

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(João Maia)

Dispõe sobre a organização, o funcionamento e a operação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a regulação, fiscalização e sanção das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro.

Art. 2º Compete à União, por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações, e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, regular o funcionamento e a operação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro.

§ 1º A organização inclui, entre outros aspectos, o disciplinamento e a fiscalização das plataformas digitais que detenham poder de controle de acesso essencial.

Art. 3º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

“Art. 19-A Além das atribuições previstas no art. 19 desta Lei, compete à Agência Nacional de Telecomunicações:

I - expedir normas quanto à operação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro, fiscalizando e aplicando sanções;

II - deliberar na esfera administrativa quanto à interpretação da legislação aplicável às plataformas digitais que oferecem serviços ao público, bem como sobre os casos omissos;

III - compor administrativamente conflitos de interesse envolvendo operadores das plataformas digitais ou usuários profissionais;

IV - reprimir infrações dos direitos dos usuários;



V - exercer, relativamente às plataformas digitais, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE". (NR)

Art. 4º A regulação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro, em especial aquelas que detenham poder de controle de acesso essencial, observarão, entre outros, os seguintes princípios:

I - liberdade de iniciativa;

II - livre concorrência;

III - defesa do consumidor;

IV - redução das desigualdades regionais e sociais;

V - repressão ao abuso do poder econômico;

VI – ampliação da participação social na discussão e na condução de assuntos de interesse público.

Parágrafo único. Serão observados também os fundamentos, princípios e objetivos relacionados à disciplina do uso da internet no Brasil, enunciados na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, bem como os relacionados à proteção dos dados pessoais, previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 5º A regulação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro terá os seguintes objetivos:

I - desenvolvimento econômico com ampla e justa concorrência entre os operadores, bem como entre os demais agentes econômicos afetados por suas atividades;

II - acesso à informação, ao conhecimento e à cultura;

III - fomento à inovação e à massificação de novas tecnologias e modelos de acesso;

IV - incentivo à interoperabilidade por meio de padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação entre as aplicações;



V - incentivo e definição de mecanismos para a portabilidade de dados.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se as seguintes definições:

I - operador de plataformas digitais: provedor de aplicações de internet que explora profissionalmente e com fins econômicos as modalidades de plataforma digital previstas no inciso II deste artigo;

II - plataformas digitais: aplicações de internet, de acordo com o inciso VII do art. 5º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, executadas nas seguintes modalidades:

- a) serviços de intermediação *online*;
- b) ferramentas de busca *online*;
- c) redes sociais *online*;
- d) plataformas de compartilhamento de vídeo;
- e) serviços de comunicações interpessoais;
- f) sistemas operacionais;
- g) serviços de computação em nuvem;
- h) serviços de publicidade *online* ofertados por operador das plataformas digitais previstas nas alíneas de a) a g) deste inciso.

III - usuário profissional: qualquer pessoa, física ou jurídica, que, no âmbito das suas atividades profissionais ou comerciais, utilize as plataformas digitais para fornecimento, remunerado ou não, de bens ou serviços a usuários finais;

IV - usuário final: qualquer pessoa, física ou jurídica, que utilize as plataformas digitais, de forma remunerada ou não, à exceção dos usuários profissionais.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá adicionar novas modalidades de plataformas digitais à relação prevista no inciso II com base



em proposta de ampliação da relação de plataformas digitais elaborada pela Agência Nacional de Telecomunicações após manifestação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Art. 7º O art. 5º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 5º

.....

IX – plataformas digitais: modalidades de aplicações de internet de que trata a lei específica que disciplina sua organização, funcionamento e operação.” (NR)

Art. 8º O art. 61 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 61

.....

§ 3º Para os fins desta Lei, as aplicações de internet previstas no inciso VII do art. 5º da Lei nº 12.695, de 23 de abril de 2014, serão consideradas serviço de valor adicionado.

§ 4º As plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro, de que trata a lei específica, que disciplina sua organização, funcionamento e operação serão considerados serviço de valor adicionado, estando subordinados à regulamentação, fiscalização e sanção pela Agência Nacional de Telecomunicações, nos termos do art. 19-A desta Lei”. (NR)

Art. 9º. Os operadores das plataformas digitais de que trata o inciso II do art. 6º desta Lei serão considerados detentores de poder de controle de acesso essencial quando auferirem receita operacional anual igual ou superior a R\$ 70 milhões com a oferta de serviços ao público brasileiro, nos termos de regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações.

Parágrafo único. O valor de referência previsto no *caput* deste artigo será atualizado, anualmente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) do exercício anterior.

Art. 10. Os operadores de plataformas digitais de que trata o inciso II do art. 6º desta Lei, detentores de poder de controle de acesso essencial, estarão sujeitos, entre outras, às seguintes obrigações:



I - transparência e fornecimento de informações à Agência Nacional de Telecomunicações sobre a prestação de seus serviços;

II - tratamento isonômico e não discriminatório na oferta de serviços a usuários profissionais e usuários finais;

III - utilização adequada dos dados coletados no exercício de suas atividades;

IV - não recusa de provisão de acesso à plataforma digital a usuários profissionais.

Parágrafo único. A Agência Nacional de Telecomunicações, no exercício de suas atividades de regulamentação e fiscalização, poderão impor obrigações de separação contábil e funcional, bem como medidas de mitigação a eventual abuso de poder econômico, incluindo as relacionadas à portabilidade de dados e à interoperabilidade.

Art. 11. Na atribuição das obrigações previstas no art. 10 desta Lei serão considerados, entre outros:

I - adoção de critérios técnicos, isonômicos e não arbitrários;

II - imposição de obrigações específicas para cada modalidade de plataforma digital, de acordo com suas características;

III - intervenção proporcional ao risco existente;

IV - avaliação dos impactos, custos e benefícios das imposições;

V - nível de competição na oferta de cada modalidade de plataforma digital.

Art. 13. Os atos envolvendo plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro que visem a qualquer forma de concentração econômica, inclusive mediante fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, ficam submetidos aos controles, procedimentos e condicionamentos previstos nas normas gerais de proteção à ordem econômica.



§ 1º Os atos de que trata o *caput* deste artigo serão submetidos à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, nos termos do inciso V do art. 19-A da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

§ 2º Praticará infração da ordem econômica o operador de plataformas digitais que, na celebração de contratos de fornecimento de bens e serviços, adotar práticas que possam limitar, falsear ou, de qualquer forma, prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa.

Art. 14. Fica criado o Fundo de Fiscalização das Plataformas Digitais – FisDigi, nos termos de regulamentação específica.

§ 1º O Poder Executivo poderá destinar parte dos recursos do FisDigi aos fundos citados no art. 7º da Lei 12.087, de 11 de novembro de 2009 para uso exclusivo como garantia ao desenvolvimento de produtos e serviços digitais inovadores.

§ 2º A regulamentação específica prevista no *caput* disporá sobre a destinação de recursos prevista no § 1º.

Art. 15. O Fundo de Fiscalização das Plataformas Digitais é constituído das seguintes fontes:

I - taxa de fiscalização das plataformas digitais;

II - dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

III - o produto das operações de crédito que contratar, no País e no exterior, e rendimentos de operações financeiras que realizar;

IV - multas aplicadas, doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V - rendas eventuais.

§ 1º A taxa de fiscalização das plataformas digitais é a devida anualmente pelos operadores de plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro, detentores de poder de controle de acesso essencial.

§ 2º A taxa de fiscalização das plataformas digitais será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores serão o correspondente a



2% (dois por cento) da receita operacional bruta auferida pelos operadores de plataformas digitais que oferecem serviço ao público brasileiro, detentores de poder de controle de acesso essencial.

§ 3º O não pagamento da taxa de fiscalização das plataformas digitais, até a data estabelecida neste artigo, importará em mora da entidade faltosa, que ficará sujeita ao pagamento de juros de 1% (um por cento) calculado sobre o montante da dívida por mês de atraso.

Art. 16. Sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais ou administrativas, as infrações às normas previstas nesta Lei ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções, aplicadas de forma isolada ou cumulativa:

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II - multa de até 2% (dois por cento) do faturamento do grupo econômico no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção;

III - obrigação de fazer ou não fazer;

IV - suspensão temporária das atividades;

V - proibição de exercício das atividades.

§ 1º Tratando-se de empresa estrangeira, responde solidariamente pelo pagamento da multa de que trata o inciso II deste artigo sua filial, sucursal, escritório ou estabelecimento situado no País.

§ 2º No exercício de seu poder sancionatório, a Anatel objetivará uma regulação responsiva, calibrando o seu rigor conforme o comportamento do agente regulado.

§ 3º A multa mencionada no inciso II poderá incidir sobre o faturamento de todo o período em que a conduta foi praticada, ficando limitada a até um por cento (1%) deste valor.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A economia mundial do século XXI é fortemente influenciada pelas Big Techs, especialmente Google, Facebook, Amazon e Apple. Estas quatro empresas juntas, em setembro de 2020, tinham um *valuation* combinado de mais de US\$ 5 trilhões, mais de um terço do valor da S&P 100.

As Big Techs têm sido cada vez mais questionadas sobre suas estratégias de “estenderem” seu poder de mercado em sua atividade principal para mercados adjacentes, com base no fato de a primeira ser, muitas vezes, um insumo para os segundos, uma questão típica de mercados verticalmente integrados. A Big Tech privilegia sua associada do mesmo grupo econômico em relação às concorrentes, no chamado “self-preferencing”, um tipo de discriminação. Além de minar a concorrência nos mercados adjacentes, a conduta evitaria que terceiros evoluam e compitam no mercado original das Big Techs.

Wu (2018)¹ aponta que as condutas das Big Techs nos últimos vinte anos permitiram uma grande concentração de mercado: *“de repente, não havia uma dúzia de mecanismos de busca, cada um com uma ideia diferente, mas apenas um mecanismo de busca (o Google). Não havia mais centenas de lojas que todos iam, mas apenas uma “loja de tudo” (a Amazon). E evitar o Facebook era como fazer de você mesmo um hermitão digital”*.

Relatório do Congresso Americano-RCA-(2020)² sobre concorrência e Big Techs, organizado pela atual Presidente da Federal Trade Commission (FTC) americana, Lina Khan, descreve o que seriam as condutas anticompetitivas das quatro maiores empresas de tecnologia, propondo linhas de ação para lidar com o problema. Em função deste Relatório foi proposto em 2022 o *American Innovation and Choice Online Act*³ que proíbe o *self-preferencing*, restringe a política de obtenção de dados de terceiros, entre outras restrições às condutas das grandes plataformas digitais. O projeto, em setembro de 2022, ainda está em debate no Congresso Americano.

1 Wu, T.: “The Curse of Bigness”. Antitrust in the New Gilded Age. Columbia Global Reports.

2 Investigation of Competition in Digital Markets. [competition_in_digital_markets.pdf \(house.gov\)](#)

3 [H.R.3816 - 117th Congress \(2021-2022\): American Choice and Innovation Online Act | Congress.gov | Library of Congress](#)



Já na Comissão Europeia, o “Digital Markets Act”, direcionado aos chamados “controladores de acesso” (gatekeepers) no mundo digital, é bastante detalhado e foi aprovado em 2022.

Acreditamos que cabe introduzir uma regulação na linha da Comissão Europeia, mas de forma bem menos detalhada. Isso porque estamos lidando com questões de extrema relevância, que exigem respostas regulatórias bem mais rápidas do que o que é possível na defesa da concorrência, mas suficientemente novas para indicar não ser cabível colocar uma camisa de força ex-ante nos agentes econômicos, com uma série de proibições absolutas.

Sendo assim, propomos uma regulação focada na mitigação do controle de acesso essencial das plataformas digitais. Em lugar de criar um novo regulador, entendemos que a Anatel já possui *expertise* muito próxima daquela requerida para a missão de regular plataformas digitais. Basta lembrar que boa parte da regulação pró-concorrência da agência se baseou na obrigação de interconexão que nada mais é que requerer dos incumbentes, acesso à sua rede local.

Assim, propomos expandir as atribuições da Anatel previstas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, com base nos seguintes objetivos para a regulação das plataformas digitais:

- I - desenvolvimento econômico com ampla e justa concorrência entre os operadores, bem como entre os demais agentes econômicos afetados por suas atividades;
- II - acesso à informação, ao conhecimento e à cultura;
- III - fomento à inovação e à massificação de novas tecnologias e modelos de acesso;
- IV - incentivo à interoperabilidade por meio de padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação entre as aplicações;
- V - incentivo e definição de mecanismos para a portabilidade de dados.



Seguimos a novíssima legislação europeia, distinguindo usuários profissionais e finais e colocando critérios mais objetivos, baseados na receita operacional, para fins de definição de operadores de plataformas digitais que serão considerados detentores de poder de controle de acesso essencial (receita operacional anual igual ou superior a R\$ 70 milhões).

Os operadores de plataformas digitais detentores de poder de controle de acesso essencial, estarão sujeitos, entre outras, às seguintes obrigações:

I - transparência e fornecimento de informações sobre a prestação de seus serviços;

II - tratamento isonômico e não discriminatório na oferta de serviços a usuários profissionais e usuários finais;

III - utilização adequada dos dados coletados no exercício de suas atividades;

IV - não recusa de provisão de acesso à plataforma digital a usuários profissionais.

Os órgãos competentes, no exercício de suas atividades de regulamentação e fiscalização, poderão ainda impor obrigações de separação contábil e funcional, bem como medidas de mitigação a eventual abuso de poder econômico, incluindo as relacionadas à portabilidade de dados e à interoperabilidade.

Serão considerados para a adoção as seguintes medidas:

I - adoção de critérios técnicos, isonômicos e não arbitrários;

II - imposição de obrigações específicas para cada modalidade de plataforma digital, de acordo com suas características;

III - intervenção proporcional ao risco existente;

IV - avaliação dos impactos, custos e benefícios das imposições;

V - nível de competição na oferta de cada modalidade de plataforma digital.



Ficam plenamente resguardadas as competências do CADE no controle de atos de concentração econômica envolvendo plataformas digitais.

Dadas as novas atribuições da Anatel, é fundamental dotar a agência de recursos suficientes para o cumprimento de suas novas missões. Assim, propomos a criação do Fundo de Fiscalização das Plataformas Digitais – FisDigi com fontes constituídas por uma nova taxa de fiscalização das plataformas digitais, dotações do Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses, dentre outras.

A taxa de fiscalização das plataformas digitais será devida anualmente pelos operadores de plataformas digitais que oferecerem serviços ao público brasileiro, detentores de poder de controle de acesso essencial, correspondente a 2% (dois por cento) da receita operacional bruta.

Além dos recursos do FisDigi terem como destino o financiamento aos novos serviços prestados pela Anatel, também previmos a possibilidade de o Poder Executivo destinar parte dos valores aos fundos de garantia citados no art. 7º da Lei 12.087, de 11 de novembro de 2009, ou seja, ao Fundo de Garantia de Operações - FGO, criado a partir desta legislação. Estes recursos, no entanto, só poderão ser utilizados para uso exclusivo como garantia ao desenvolvimento de produtos e serviços digitais inovadores, o que financiaria um “FGO Digital” à exemplo dos atuais “FGO Original” e “FGO Pronampe”.

As sanções por descumprimento a esta lei seguirão a lógica de “regulação responsiva”, calibrando o seu rigor conforme o comportamento do agente regulado. Assim, serão aplicadas de forma isolada ou cumulativa:

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II - multa de até 2% (dois por cento) do faturamento do grupo econômico no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção;

III - obrigação de fazer ou não fazer;



IV - suspensão temporária das atividades;

V - proibição de exercício das atividades.

Visando garantir a proporcionalidade da multa, a Anatel poderá incidir-la sobre o faturamento de todo o período em que a conduta foi praticada, reduzindo-se o seu teto para um (1%) por cento.

Contamos com os nobres pares para a urgente aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado JOÃO MAIA



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

LIVRO II
DO ÓRGÃO REGULADOR E DAS POLÍTICAS SETORIAIS

.....

TÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 18. Cabe ao Poder Executivo, observadas as disposições desta Lei, por meio de decreto:

I - instituir ou eliminar a prestação de modalidade de serviço no regime público, concomitantemente ou não com sua prestação no regime privado;

II - aprovar o plano geral de outorgas de serviço prestado no regime público;

III - aprovar o plano geral de metas para a progressiva universalização de serviço prestado no regime público;

IV - autorizar a participação de empresa brasileira em organizações ou consórcios intergovernamentais destinados ao provimento de meios ou à prestação de serviços de telecomunicações.

Parágrafo único. [\(Revogado pela Lei nº 14.195, de 26/8/2021\)](#)

Art. 19. À Agência compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente:

I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de telecomunicações;

II - representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações, sob a coordenação do Poder Executivo;

III - elaborar e propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministro de Estado das Comunicações, a adoção das medidas a que se referem os incisos I a IV do artigo anterior, submetendo previamente a consulta pública as relativas aos incisos I a III;

IV - expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações no regime público; [\(Vide ADI nº 1.668/1997, publicada no DOU de 11/3/2021\)](#)

V - editar atos de outorga e extinção de direito de exploração do serviço no regime

público;

VI - celebrar e gerenciar contratos de concessão e fiscalizar a prestação do serviço no regime público, aplicando sanções e realizando intervenções;

VII - controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las nas condições previstas nesta Lei, bem como homologar reajustes;

VIII - administrar o espectro de radiofrequências e o uso de órbitas, expedindo as respectivas normas;

IX - editar atos de outorga e extinção do direito de uso de radiofrequência e de órbita, fiscalizando e aplicando sanções;

X - expedir normas sobre prestação de serviços de telecomunicações no regime privado; [\(Vide ADI nº 1.668/1997, publicada no DOU de 11/3/2021\)](#)

XI - expedir e extinguir autorização para prestação de serviço no regime privado, fiscalizando e aplicando sanções;

XII - expedir normas e padrões a serem cumpridos pelas prestadoras de serviços de telecomunicações quanto aos equipamentos que utilizarem;

XIII - expedir ou reconhecer a certificação de produtos, observados os padrões e normas por ela estabelecidos;

XIV - expedir normas e padrões que assegurem a compatibilidade, a operação integrada e a interconexão entre as redes, abrangendo inclusive os equipamentos terminais;

XV - realizar busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência; [\(Inciso declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal, pela ADI nº 1.668/1997, publicada no DOU de 11/3/2021\)](#)

XVI - deliberar na esfera administrativa quanto à interpretação da legislação de telecomunicações e sobre os casos omissos;

XVII - compor administrativamente conflitos de interesses entre prestadoras de serviço de telecomunicações;

XVIII - reprimir infrações dos direitos dos usuários;

XIX - exercer, relativamente às telecomunicações, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE;

XX - propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministério das Comunicações, a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à implantação ou manutenção de serviço no regime público;

XXI - arrecadar e aplicar suas receitas;

XXII - resolver quanto à celebração, alteração ou extinção de seus contratos, bem como quanto à nomeação, exoneração e demissão de servidores, realizando os procedimentos necessários, na forma em que dispuser o regulamento;

XXIII - contratar pessoal por prazo determinado, de acordo com o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

XXIV - adquirir, administrar e alienar seus bens;

XXV - decidir em último grau sobre as matérias de sua alçada, sempre admitido recurso ao Conselho Diretor;

XXVI - [\(Revogado pela Lei nº 13.848, de 25/6/2019, publicada no DOU de 26/6/2019, em vigor 90 dias após a publicação\)](#)

XXVII - aprovar o seu regimento interno;

XXVIII - elaborar relatório anual de suas atividades, nele destacando o cumprimento da política do setor definida nos termos do artigo anterior;

XXIX - [\(Revogado pela Lei nº 13.848, de 25/6/2019, publicada no DOU de 26/6/2019, em vigor 90 dias após a publicação\)](#)

XXX - rever, periodicamente, os planos enumerados nos incisos II e III do artigo anterior, submetendo-os, por intermédio do Ministro de Estado das Comunicações, ao Presidente da República, para aprovação;

XXXI - promover interação com administrações de telecomunicações dos países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, com vistas à consecução de objetivos de interesse comum;

XXXII - reavaliar, periodicamente, a regulamentação com vistas à promoção da competição e à adequação à evolução tecnológica e de mercado. ([Inciso acrescido pela Lei nº 13.879, de 3/10/2019](#))

TÍTULO III DOS ÓRGÃOS SUPERIORES

CAPÍTULO I DO CONSELHO DIRETOR

Art. 20. O Conselho Diretor será composto por Presidente e 4 (quatro) conselheiros e decidirá por maioria absoluta.

Parágrafo único. Cada membro do Conselho Diretor votará com independência, fundamentando seu voto. ([Artigo com redação dada pela Lei nº 13.848, de 25/6/2019, publicada no DOU de 26/6/2019, em vigor 90 dias após a publicação](#))

.....

LIVRO III DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 60. Serviço de telecomunicações é o conjunto de atividades que possibilita a oferta de telecomunicação.

§ 1º Telecomunicação é a transmissão, emissão ou recepção, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza.

§ 2º Estação de telecomunicações é o conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de telecomunicação, seus acessórios e periféricos, e, quando for o caso, as instalações que os abrigam e complementam, inclusive terminais portáteis.

Art. 61. Serviço de valor adicionado é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

§ 1º Serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações, classificando-se seu provedor como usuário do serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição.

§ 2º É assegurado aos interessados o uso das redes de serviços de telecomunicações para prestação de serviços de valor adicionado, cabendo à Agência, para assegurar esse direito,

regular os condicionamentos, assim como o relacionamento entre aqueles e as prestadoras de serviço de telecomunicações.

CAPÍTULO II DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 62. Quanto à abrangência dos interesses a que atendem, os serviços de telecomunicações classificam-se em serviços de interesse coletivo e serviços de interesse restrito.

Parágrafo único. Os serviços de interesse restrito estarão sujeitos aos condicionamentos necessários para que sua exploração não prejudique o interesse coletivo.

.....

.....

LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014

Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

Art. 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:

- I - o reconhecimento da escala mundial da rede;
- II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais;
- III - a pluralidade e a diversidade;
- IV - a abertura e a colaboração;
- V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- VI - a finalidade social da rede.

Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:

- I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;
- II - proteção da privacidade;
- III - proteção dos dados pessoais, na forma da lei;
- IV - preservação e garantia da neutralidade de rede;
- V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas;
- VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;

VII - preservação da natureza participativa da rede;

VIII - liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Os princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Art. 4º A disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção:

I - do direito de acesso à internet a todos;

II - do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos;

III - da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e

IV - da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

II - terminal: o computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet;

III - endereço de protocolo de internet (endereço IP): o código atribuído a um terminal de uma rede para permitir sua identificação, definido segundo parâmetros internacionais;

IV - administrador de sistema autônomo: a pessoa física ou jurídica que administra blocos de endereço IP específicos e o respectivo sistema autônomo de roteamento, devidamente cadastrada no ente nacional responsável pelo registro e distribuição de endereços IP geograficamente referentes ao País;

V - conexão à internet: a habilitação de um terminal para envio e recebimento de pacotes de dados pela internet, mediante a atribuição ou autenticação de um endereço IP;

VI - registro de conexão: o conjunto de informações referentes à data e hora de início e término de uma conexão à internet, sua duração e o endereço IP utilizado pelo terminal para o envio e recebimento de pacotes de dados;

VII - aplicações de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet; e

VIII - registros de acesso a aplicações de internet: o conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP.

Art. 6º Na interpretação desta Lei serão levados em conta, além dos fundamentos, princípios e objetivos previstos, a natureza da internet, seus usos e costumes particulares e sua importância para a promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
(LGPD) ([Ementa com redação dada pela Lei nº 13.853, de 8/7/2019](#))

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. [Parágrafo único acrescido pela Lei nº 13.853, de 8/7/2019](#)

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

LEI Nº 12.087, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; e altera as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 7º Fica a União autorizada a participar, no limite global de até R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), de fundos que, atendidos os requisitos fixados nesta Lei, tenham por finalidade, alternativa ou cumulativamente:

I - garantir diretamente o risco em operações de crédito para:

a) microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte;

b) empresas de médio porte, nos limites definidos no estatuto do fundo; e
c) autônomos, na aquisição de bens de capital, nos termos definidos no estatuto do fundo; e

d) empresas de qualquer porte dos setores definidos pelo Poder Executivo federal, nos termos do regulamento, como de interesse da economia nacional, nos limites definidos pelo estatuto do fundo; [\(Alínea acrescida pela Lei nº 13.043, de 13/11/2014, e com nova redação dada pela Lei nº 14.042, de 19/8/2020\)](#)

e) [\(VETADO na Lei nº 14.045, de 20/8/2020\)](#)

II - garantir indiretamente, nos termos do estatuto do fundo, o risco das operações de que trata o inciso I, inclusive mediante:

a) garantia de operações cobertas por fundos ou sociedades de garantia de crédito;

e

b) aquisição de cotas de outros fundos garantidores ou de fundos de investimento em direitos creditórios, desde que direcionados às entidades de que trata o inciso I deste artigo.

III - garantir diretamente o risco em operações de crédito educativo, no âmbito de programas ou instituições oficiais, na forma prevista nos estatutos dos respectivos fundos. [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 501, de 6/9/2010, convertida na Lei nº 12.385, de 3/3/2011\)](#)

§ 1º A integralização de cotas pela União será autorizada por decreto e poderá ser realizada a critério do Ministro de Estado da Fazenda:

I - em moeda corrente;

II - em títulos públicos;

III - por meio de ações de sociedades em que tenha participação minoritária; ou

IV - por meio de ações de sociedades de economia mista federais excedentes ao necessário para manutenção de seu controle acionário.

§ 2º A representação da União na assembléia de cotistas dar-se-á na forma do inciso V do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 3º Os fundos não contarão com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público e responderão por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes de seu patrimônio.

§ 4º Os estatutos dos fundos deverão prever tratamento diferenciado, por ocasião da definição da comissão pecuniária de que trata o § 3º do art. 9º desta Lei, aos agentes financeiros que requererem garantia para operações de crédito firmadas com pessoas com deficiência que sejam microempreendedoras individuais. [\(Parágrafo com redação dada pela Medida Provisória nº 975, de 1º/6/2020, convertida na Lei nº 14.042, de 19/8/2020\)](#)

§ 5º Os fundos garantidores já constituídos terão o prazo de 1 (um) ano para adaptarem seus estatutos ao disposto nesta Lei.

§ 6º Para fins do disposto no inciso III do *caput* deste artigo, a operação de crédito a ser garantida corresponderá ao saldo devedor contratado pelo estudante durante a fase de utilização do financiamento e efetivamente desembolsado pelo agente concedente do crédito educativo, observado o limite máximo de garantia de que trata o inciso V do § 4º do art. 9º. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.873, de 24/10/2013\)](#)

§ 7º Os estatutos dos fundos a que se refere este artigo poderão prever: [\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 975, de 1º/6/2020, convertida na Lei nº 14.042, de 19/8/2020\)](#)

I - que a garantia pessoal do titular ou a assunção por ele da obrigação de pagar constitui garantia mínima para fins das operações de crédito firmadas com empresários individuais ou microempreendedores individuais; [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 975, de 1º/6/2020, convertida na Lei nº 14.042, de 19/8/2020, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.114, de 20/4/2022, convertida na Lei nº 14.462, de 26/10/2022\)](#)

II - a possibilidade de garantir o risco assumido por sistemas cooperativos de crédito, direta ou indiretamente, consideradas as suas diversas entidades de forma individualizada ou como apenas um concedente de crédito, desde que os créditos sejam

direcionados às entidades na forma prevista no inciso I do *caput* deste artigo; [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 975, de 1º/6/2020, convertida na Lei nº 14.042, de 19/8/2020, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.114, de 20/4/2022, convertida na Lei nº 14.462, de 26/10/2022\)](#)

III - que a pactuação de obrigação solidária de sócio constitui garantia mínima para fins das operações de crédito às quais darão cobertura. [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 1.114, de 20/4/2022, convertida na Lei nº 14.462, de 26/10/2022\)](#)

Art. 8º Fica a União autorizada a participar, no limite global de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), de fundos que, atendidos os requisitos fixados nesta Lei e em regulamento, tenham por finalidade garantir o risco de crédito de operações de financiamento de investimento realizadas com produtores rurais e suas cooperativas.

§ 1º A integralização de cotas pela União será autorizada por decreto e poderá ser realizada, a critério do Ministro de Estado da Fazenda:

I - em moeda corrente;

II - em títulos públicos;

III - por meio de ações de sociedades em que tenha participação minoritária; ou

IV - por meio de ações de sociedades de economia mista federais excedentes ao necessário para manutenção de seu controle acionário.

§ 2º A representação da União na assembleia de cotistas dar-se-á na forma do inciso V do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 3º Os fundos de que trata o *caput*:

I - não poderão contar com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público e responderão por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes de seu patrimônio;

II - deverão conter previsão para a participação de cotistas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º Os fundos de que trata o *caput* somente garantirão até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por beneficiário, em uma ou mais operações de crédito rural de investimento.

.....



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO DE LEI Nº 2.768, DE 2022

Dispõe sobre a organização, o funcionamento e a operação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro e dá outras providências.

Autor: Deputado JOÃO MAIA.

Relatora: Deputada ANY ORTIZ.

I - RELATÓRIO

A proposição em tela, de autoria do ilustre Deputado João Maia, dispõe sobre a regulação e fiscalização das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro.

O Projeto atribui à União, por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações, regular o funcionamento e a operação das plataformas digitais.

O principal conceito criado no projeto é o das plataformas digitais que detenham o chamado “poder de controle de acesso essencial”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (PP-RS)**

São acrescentadas às atribuições da Anatel definidas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, as seguintes competências para a regulação das plataformas digitais:

I - expedir normas quanto à operação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro, fiscalizando e aplicando sanções;

II - deliberar na esfera administrativa quanto à interpretação da legislação aplicável às plataformas digitais que oferecem serviços ao público, bem como sobre os casos omissos;

III - compor administrativamente conflitos de interesse envolvendo operadores das plataformas digitais ou usuários profissionais;

IV - reprimir infrações dos direitos dos usuários;

V - exercer, relativamente às plataformas digitais, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

São definidos os seguintes princípios para a regulação das plataformas digitais no Brasil e, em especial, para aquelas que detenham poder de controle de acesso essencial:

I - liberdade de iniciativa;

II - livre concorrência;

III - defesa do consumidor;

IV - redução das desigualdades regionais e sociais;

V - repressão ao abuso do poder econômico;





VI - ampliação da participação social na discussão e na condução de assuntos de interesse público.

Além dos fundamentos, princípios e objetivos relacionados à disciplina do uso da internet no Brasil, enunciados na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, bem como os relacionados à proteção dos dados pessoais, previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A regulação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro terá os seguintes objetivos:

I - desenvolvimento econômico com ampla e justa concorrência entre os operadores, bem como entre os demais agentes econômicos afetados por suas atividades;

II - acesso à informação, ao conhecimento e à cultura;

III - fomento à inovação e à massificação de novas tecnologias e modelos de acesso;

IV - incentivo à interoperabilidade por meio de padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação entre as aplicações;

V - incentivo e definição de mecanismos para a portabilidade de dados.

São consideradas como plataformas digitais as aplicações de internet, de acordo com o inciso VII do art. 5º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, executadas nas seguintes modalidades:

- a) serviços de intermediação online;
- b) ferramentas de busca online;
- c) redes sociais online;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (PP-RS)**

- d) plataformas de compartilhamento de vídeo;
- e) serviços de comunicações interpessoais;
- f) sistemas operacionais;
- g) serviços de computação em nuvem;
- h) serviços de publicidade online ofertados por operador das plataformas digitais previstas nas alíneas de a) a g) deste inciso.

O Poder Executivo poderá adicionar novas modalidades de plataformas digitais a esta relação em proposta de ampliação da relação de plataformas digitais elaborada pela ANATEL após manifestação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Os operadores das plataformas digitais serão considerados detentores de poder de controle de acesso essencial quando auferirem receita operacional anual igual ou superior a R\$ 70 milhões com a oferta de serviços ao público brasileiro, nos termos de regulamentação da ANATEL, que será reajustado pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) do exercício anterior.

Os operadores de plataformas digitais considerados detentores de poder de controle de acesso essencial, estarão sujeitos, entre outras, às seguintes obrigações:

I - transparência e fornecimento de informações à Agência Nacional de Telecomunicações sobre a prestação de seus serviços;

II - tratamento isonômico e não discriminatório na oferta de serviços a usuários profissionais e usuários finais;

III - utilização adequada dos dados coletados no exercício de suas atividades;





IV - não recusa de provisão de acesso à plataforma digital a usuários profissionais.

Ademais, a ANATEL poderá impor obrigações de separação contábil e funcional, bem como medidas de mitigação a eventual abuso de poder econômico, incluindo as relacionadas à portabilidade de dados e à interoperabilidade.

As obrigações acima colocadas devem considerar, entre outros:

I - adoção de critérios técnicos, isonômicos e não arbitrários;

II - imposição de obrigações específicas para cada modalidade de plataforma digital, de acordo com suas características;

III - intervenção proporcional ao risco existente;

IV - avaliação dos impactos, custos e benefícios das imposições;

V - nível de competição na oferta de cada modalidade de plataforma digital.

Os atos envolvendo plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro que visem a qualquer forma de concentração econômica, inclusive mediante fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, ficam submetidos aos controles, procedimentos e condicionamentos previstos nas normas gerais de proteção à ordem econômica, devendo ser submetidas ao CADE.

A proposta cria o Fundo de Fiscalização das Plataformas Digitais – FisDigi. O Poder Executivo poderá destinar parte dos recursos do FisDigi aos fundos citados no art. 7º da Lei 12.087, de 11 de novembro de 2009, para uso exclusivo como garantia ao desenvolvimento de produtos e serviços digitais inovadores, sendo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (PP-RS)**

que regulamentação específica disporá sobre a destinação de recursos prevista.

O Fundo de Fiscalização das Plataformas Digitais é constituído das seguintes fontes:

I - taxa de fiscalização das plataformas digitais;

II - dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

III - o produto das operações de crédito que contratar, no País e no exterior, e rendimentos de operações financeiras que realizar;

IV - multas aplicadas, doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V - rendas eventuais.

A taxa de fiscalização das plataformas digitais é a devida anualmente pelos operadores de plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro, detentores de poder de controle de acesso essencial, sendo paga anualmente, em 2% (dois por cento) da receita operacional bruta auferida por aqueles operadores. O não pagamento da taxa de fiscalização das plataformas digitais, até a data estabelecida neste artigo, importará em mora da entidade faltosa, que ficará sujeita ao pagamento de juros de 1% (um por cento) calculado sobre o montante da dívida por mês de atraso.

Sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais ou administrativas, as infrações às normas previstas nesta Lei ficam sujeitas às seguintes sanções, aplicadas de forma isolada ou cumulativa:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (PP-RS)**

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II - multa de até 2% (dois por cento) do faturamento do grupo econômico no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção;

III - obrigação de fazer ou não fazer;

IV - suspensão temporária das atividades;

V - proibição de exercício das atividades.

Esclarece-se que, em se tratando de empresa estrangeira, responde solidariamente pelo pagamento da multa sua filial, sucursal, escritório ou estabelecimento situado no País.

Além disso, no exercício de seu poder sancionatório, a Anatel objetivará uma regulação responsiva, calibrando o seu rigor conforme o comportamento do agente regulado.

Por fim, a multa poderá incidir sobre o faturamento de todo o período em que a conduta foi praticada, ficando limitada a até um por cento (1%) deste valor.

Além desta Comissão, a proposição em tela foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, Finanças e Tributação e Comunicação, estando sujeita à apreciação conclusiva das comissões em regime ordinário.

Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.





II - VOTO DA RELATORA

O cenário digital, marcado pela rápida evolução tecnológica e pela ascensão das Big Techs, tem sido objeto de intensos debates no Congresso Nacional. Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 2.768, de 2022, de autoria do Deputado João Maia, surge como uma tentativa de estabelecer parâmetros para a regulação econômica de plataformas digitais no Brasil.

Assumi com entusiasmo a relatoria desta proposta na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara dos Deputados, ciente da complexidade e novidade do tema tanto em âmbito nacional quanto internacional. O projeto aborda a regulação econômica de plataformas digitais, introduzindo o conceito de "poder de controle de acesso essencial", uma inovação que reflete a dinâmica desse setor em constante transformação.

Internacionalmente, observamos movimentos semelhantes, como o Digital Market Act (DMA) de 2022 da Comissão Europeia, a regulação na Alemanha e as discussões em curso no Reino Unido e nos Estados Unidos. O certo é que ainda estamos em um momento de aprendizado global sobre a melhor abordagem para regular esses mercados digitais em constante evolução.

Diante desse cenário, a CDE iniciou uma série de audiências públicas com base nas seguintes justificativas e objetivos:





A era digital tem transformado diversos aspectos da sociedade, trazendo consigo novas oportunidades e desafios. O desenvolvimento e regulamentação dos mercados digitais são questões fundamentais que impactam diretamente a economia, a inovação e a competitividade de um país.

Com base nisso, tornar-se-ia imprescindível que a Câmara dos Deputados promovesse um debate amplo e aprofundado sobre o tema, buscando o aprendizado e a cooperação internacional.

As audiências públicas objetivaram analisar as experiências internacionais no desenvolvimento e regulamentação dos mercados digitais, buscando compreender os avanços, obstáculos e lições aprendidas em outros países. O intuito foi proporcionar aos parlamentares brasileiros uma visão abrangente e atualizada, permitindo a criação de um marco legal eficiente e inovador, que promova o crescimento econômico e a proteção dos direitos dos consumidores e dos empreendedores.

Ouvir convidados especialistas em competitividade, representantes e professores de renomadas universidades internacionais foi fundamental. Esses profissionais possuem vasta experiência e conhecimento na construção do arcabouço legal para políticas digitais, especialmente no contexto europeu, o que contribuiu significativamente para a discussão.

De outra parte foi importante promover o debate sobre o papel do empreendedorismo nos mercados digitais. Nesse sentido, reunimos representantes do primeiro, segundo e terceiro setor para debater como os mercados digitais podem ser efetivamente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (PP-RS)**

aproveitados para estimular o empreendedorismo, o desenvolvimento econômico e a inovação. Além disso, a discussão buscou identificar possíveis barreiras e desafios enfrentados pelos empreendedores digitais e encontrar soluções que permitam aprimorar a legislação brasileira no âmbito do Projeto de Lei 2768/2022, de forma a usar a oportunidade de discussão desta política pública para criar um ambiente digital propício ao empreendedorismo.

A realização de quatro audiências públicas se constituiu em oportunidade única para conhecer as visões desses especialistas, bem como para debater as melhores práticas internacionais de regulamentação de mercados digitais. Com isso, esperava-se iniciar um movimento de vanguarda no parlamento brasileiro, de forma que as boas e más lições aprendidas em outras partes do mundo sejam usadas com sabedoria na construção da legislação brasileira.

Para dar continuidade ao trabalho foi necessário entender como os mercados digitais se expandiram de forma exponencial nas últimas décadas, com serviços de tecnologia e informação se tornando cada vez mais presentes na vida cotidiana de pessoas e empresas.

Esse crescimento exige uma regulamentação adequada para garantir a proteção dos consumidores e a concorrência justa, além de estimular a inovação e o desenvolvimento econômico. Discussão essa, que já se faz presente e parte da vida corriqueira nesta Casa, a exemplo do PL 2768/2022.

Então realizamos um Seminário com dois dias de duração para propiciar que diversos agentes que não tiveram espaço de





manifestação no âmbito das audiências públicas, pudessem colocar suas opiniões e visões.

Por fim realizamos pela primeira vez, por proposição de uma Parlamentar, uma Consulta Pública que durante dois meses tornou-se um repositório de contribuições para o desenvolvimento do trabalho e para as definições que adiante serão explicitadas. Este ineditismo conferiu à Relatoria um imenso aprendizado, inclusive no sentido de se verificar que ainda se fazia necessário analisar a capacidade da estrutura regulatória atual do Brasil em atender às demandas desses mercados inovadores, cujo desenvolvimento tecnológico supera o ritmo de evolução da legislação.

Então, o nosso objetivo também foi entender, à luz do PL 2768/2022, como o papel regulador pode ser exercido no Brasil e como enfrentar os desafios no estabelecimento de competências regulatórias em um tema tão complexo e transversal como os mercados digitais e as políticas públicas que os envolvem.

A intenção é garantir que o desenvolvimento tecnológico e o avanço do acesso do empreendedor e consumidor brasileiro a espaços de ocupação global, não sejam prejudicados por uma legislação inadequada e que o país esteja preparado para lidar com os desafios regulatórios emergentes.

Mais recentemente, tomamos conhecimento dos Princípios para a Regulação de Plataformas de Redes Sociais, elaborado pelo CGI.br, o Comitê Gestor da Internet no Brasil, que contou com a participação da sociedade, se posicionando como uma contribuição multissetorial para a construção de um marco regulatório brasileiro sobre o tema.





Por se tratar de um estudo de plena conexão com esta Relatoria, tomei a liberdade de reproduzi-lo utilizando a síntese do trabalho, a seguir grifado:

“Princípios para a Regulação de Plataformas de Redes Sociais

1º. Estado Democrático de Direito, soberania e jurisdição nacional

As atividades das plataformas de rede social devem respeitar a supremacia da Constituição Federal e o ordenamento jurídico do país, garantindo a prevalência e a jurisdição do Estado brasileiro de aplicar suas leis, medidas e políticas para a proteção do Estado Democrático de Direito, da democracia, da segurança e direitos de seus cidadãos. Deve também promover a diversidade das expressões culturais em seu território e o desenvolvimento socioeconômico do país.

2º. Direito humanos, liberdade de expressão e privacidade

Os direitos humanos são interdependentes e não hierarquizáveis. A regulação deve assegurar a proteção da dignidade humana e dos direitos fundamentais, incluindo a liberdade de expressão, consideradas suas dimensões individual e coletiva, a privacidade, igualdade, o direito a não discriminação e a proteção absoluta aos direitos da criança e adolescente, buscando combater a incitação a violência, ao discurso de ódio e todas as formas de discriminação nas redes sociais.

3º. Autodeterminação informacional

A regulação de promover meios que permitam aos usuários decidir informadamente quando, como e em que medida seus dados pessoais podem ser coletados, usados, armazenados e compartilhados. Especialmente em tratamentos de dados não





essenciais, como processos de perfilização, moderação e recomendação de conteúdos, a autodeterminação informacional deve ser exercida sem prejuízo no acesso ao serviço. Inclui também do direito de usuários e grupos escolherem a que informações querem ter acesso, como padrão da oferta de conteúdos que lhes é destinada com base em seus dados pessoais.

4º. Integridade da informação

A regulação deve atuar para proteger o direito à informação e promover a precisão, consistência e confiabilidade dos conteúdos, dos processos e dos sistemas de informações. Para a manutenção de um ecossistema informacional íntegro, saudável e seguro devem, ser providas informações de interesse público, como conteúdos jornalísticos e científicos e desenvolvidas medidas de enfrentamento a fraude e à desinformação. Deve promover, também, a garantia da preservação da memória, determinando a criação de mecanismos para organizar e armazenar conteúdos – mesmo que não disponíveis ao público – para fins de pesquisa e registro histórico.

5º. Inovação e desenvolvimento socioeconômico

A regulação deve estimular a inovação, a autonomia tecnológica e o desenvolvimento socioeconômico, criando condições para a geração de renda, a valorização de produtos e serviços, o surgimento de novas formas de trabalho (respeitados os parâmetros de trabalho decente) e o fortalecimento da economia digital promovendo o ambiente competitivo e plural. Deve-se incentivar a diversidade de modelos e a viabilidade econômica de iniciativas baseadas na colaboração e no bem comum e contribuir para uma economia digital mais inclusiva e sustentável.

6º. Transparência e prestação de contas

As plataformas de redes sociais devem ser transparentes e prestar contas com relação ao seu funcionamento, inclusive sobre os





mecanismos de impulsionamento, distribuição, moderação e recomendação algorítmica e sobre políticas de monetização. Devem ser proporcionados meios adequados de verificação das remoções de conteúdos garantido o devido processo. As plataformas devem oferecer aberturas qualificadas para pesquisadores independentes e autoridades públicas

7º. Interoperabilidade e portabilidade

A regulação deve garantir aos usuários de redes sociais o direito a portabilidade, permitindo a transferência de dados em um formato estruturado, comumente usado e legível por máquina. Deve também promover a interoperabilidade, isto é, a capacidade de diferentes serviços digitais comunicarem entre si e em tempo real, permitindo que usuários combinem serviços com funcionalidades similares, ressalvados os desafios técnicos, jurídicos e de segurança. Neste contexto, deve ser promovido o emprego de protocolos e padrões abertos.

8º. Prevenção e responsabilidade

As plataformas de redes sociais devem adotar medidas preventivas eficazes de mitigação para reduzir os riscos sistêmicos decorrentes do desenho, funcionamento e diretrizes de seus serviços, sobretudo aqueles que possam favorecer a disseminação de conteúdos lesivos ao Estado Democrático de Direito e aos direitos fundamentais. Quando tais riscos resultarem em danos, incumbe-lhes a responsabilidade pela devida reparação.

9º. Proporcionalidade regulatória

A regulação deve reconhecer a pluralidade e o dinamismo de atores no ecossistema digital, prevendo obrigações de acordo com as diferenças de porte, atividades e impacto das plataformas de redes sociais, adotando modelos assimétricos e proporcionais que





considerem esta diversidade e mecanismos de revisão periódica de critérios.

10º. Ambiente regulatório e governança multissetorial

A regulação das redes sociais deve estruturar-se a partir de um arranjo institucional robusto, composto por órgãos da administração pública dotados das capacidades necessárias ao exercício eficaz de suas competências e incluir instituições e entidades independentes. Este modelo deve ser orientado por uma governança multissetorial, que reconheça e corrija as assimetrias de participação entre os distintos atores garantindo o interesse público.”

Em conclusão, de toda essa maratona de busca de conhecimento sobre um setor particularmente sensível nas economias modernas e que demanda um cuidado especial, é que entendemos ser imperativo realizar alterações no projeto original para que a regulação contemple a mediana de todo o aprendizado.

Um ponto relevante identificado no projeto original foi a definição de uma regulação **ex-ante** para os mercados digitais. Porém, especialistas estrangeiros apresentaram perspectivas divergentes, ressaltando a preocupação com a rigidez do modelo adotado no DMA da União Europeia (**ex-ante**), com suas proibições absolutas de condutas. Tais proibições podem ser excessivamente inflexíveis, sendo necessária uma abordagem que permita avaliações caso a caso.

A seguir passamos a expor as modificações que fizemos no projeto original:

Introduzimos uma definição razoavelmente ampla de plataformas digitais (PD) no art. 2º, buscando ressaltar o aspecto econômico de mercados de dois ou mais lados. O inciso I é o mais





abrangente caracterizando a PD como “aplicação, sítio eletrônico, sistema operacional ou infraestrutura digital que, por meio da internet permite, facilite ou realize a intermediação da comunicação, interação ou troca de informações, produtos ou serviços entre usuários”. O inciso II conteúdo digital e o III publicidade.

Definimos no art. 3º, o operador de plataformas digitais como aquele que explore, para fins econômicos, PDs, conforme definidas no art. 2º.

No Capítulo II (artigo 4º e seguintes) é tratada a avaliação de mercado relevante na economia digital, critérios a serem observados para essa designação.

O procedimento administrativo de definição de uma PD como “detentora de poder de controle de acesso essencial para uma ou mais utilizações realizadas por usuários profissionais” seguirá os seguintes passos definidos nos arts. 5º e seguintes.

Aqui se verifica uma distinção significativa em relação à proposta original do PL n. 2768/2022. Enquanto o PL originário atribuía competência para a Agência Nacional de Telecomunicações para regular o funcionamento e a operação das PDs, o Substitutivo em questão estabelece que as representações serão direcionadas à Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, seguindo os procedimentos administrativos internos da Autoridade.

Entretanto, os processos administrativos de condutas no CADE não têm prazos e a necessidade de uma solução mais célere para mercados digitais com condutas anticompetitivas das grandes PDs é bem maior. Muitas críticas que ouvimos nos seminários sobre o tema apontavam que o tempo de análise típico na defesa da concorrência





não era consistente com a rapidez com que os mercados digitais se transformavam na economia.

Assim, o objetivo de um procedimento administrativo distinto para a caracterização de uma PD “detentora de poder de controle de acesso essencial em uma ou mais utilizações feitas por usuários profissionais”, no âmbito da Superintendência Geral, visa agilizar dramaticamente o tempo de análise para a eventual introdução de uma regulação no CADE.

É importante que haja limites de tempo para a regulação de forma a induzir os agentes a se tornarem progressivamente independentes da PD. O grande problema de formas de regulação mais antigas, a exemplo da telefonia fixa, que era a falta de um limite de tempo tornava as empresas entrantes excessivamente dependentes dos equipamentos das empresas incumbente e investiam muito menos em seus próprios equipamentos, reduzindo o vigor da competição. Como resultado as empresas entrantes investiam muito menos em seus equipamentos. Um maior investimento do entrante no caminho da intensificação da agregação de valor é fundamental para que os utilizadores profissionais ou outras PDs se tornem concorrentes cada vez mais capazes e não meros apêndices das grandes PDs.

Assim, definimos que a designação da plataforma digital como detentora de poder de controle de acesso essencial terá prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação do respectivo ato de designação no diário oficial, somente podendo ser estendido por nova deliberação pelo Tribunal do CADE.

Neste Substitutivo procuramos não nos prender na dicotomia da regulação **ex-ante x ex-post** que muito observamos nas discussões das audiências públicas que promovemos. Mantivemos uma análise **ex-post** no sentido de que tudo começará com representações de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (PP-RS)**

usuários profissionais ou outras plataformas digitais. O regulador não criará restrições e regulações **ex-ante** sem que haja um problema real no setor, manifestado pelos próprios agentes afetados por meio da Representação. Mas criamos um **fast-track**, bem mais rápido que os processos administrativos normais do CADE que nem prazo final têm (a não ser para atos de concentração que ainda sim podem chegar a 240 +90m = 330 dias, quase um ano), para que sejam definidos PDs detentoras de poder de controle de acesso essencial em uma ou mais utilizações feitas por usuários profissionais.

De fato, conforme nossa proposta de Substitutivo, o procedimento administrativo em tais decisões terá, no máximo, 245 dias para chegarem a uma conclusão após a representação. Entendemos que isso caracteriza um avanço considerando a dinâmica mais apertada dos mercados digitais.

Por fim, obrigamos, no art. 17, que as PDs sempre tenham representantes legais no Brasil, o que foi fonte de desconforto no cumprimento de decisões judiciais recentes no País.

Sendo assim, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.768, de 2022 na forma do Substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, maio de 2026

Deputada Federal Any Ortiz

PROGRESSISTAS

SUBSTITUTIVO AO PL N. 2768/2022





Dispõe sobre a regulamentação digital no Brasil, estabelece regras para um ambiente digital competitivo e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei regulamenta a economia digital, estabelecendo regras para um ambiente digital competitivo no Brasil, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

§1º A coletividade é a titular dos bens jurídicos protegidos por esta Lei.

§2º Aplicam-se as disposições desta Lei a toda a economia digital disponível no país, independente da sede e local de funcionamento.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se plataforma digital qualquer aplicação, sítio eletrônico, sistema operacional ou infraestrutura digital que, por meio da internet, cumulativa ou alternativamente:

I - permite, facilite ou realize a intermediação da comunicação, interação ou troca de informações, produtos ou serviços entre usuários;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (PP-RS)**

II - disponibilize espaços para a publicação, armazenamento, exibição ou compartilhamento de conteúdo digital de qualquer tipo, incluindo por meio de serviços de computação em nuvem;

III - promova ou veicule publicidade digital, por meio de anúncios próprios ou de terceiros, utilizando ou não dados pessoais dos usuários para personalização de anúncios.

Art. 3º Para os fins desta Lei consideram-se as seguintes definições:

I - operador de plataformas digitais: provedor de aplicações de internet que desenvolva, opere, ou de outra forma explore, com fins econômicos, qualquer aplicação, sítio eletrônico, sistema operacional ou infraestrutura digital por meio da internet, conforme o Art. 2º.

II - usuário profissional: qualquer pessoa, física ou jurídica, que, no âmbito das suas atividades profissionais ou comerciais, utilize as plataformas digitais para fornecimento, remunerado ou não, de bens ou serviços a usuários finais;

III - usuário final: demais pessoas, físicas ou jurídicas, que não utilizem as plataformas digitais para atividades profissionais ou comerciais.





CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DE MERCADO RELEVANTE NA ECONOMIA DIGITAL

Seção I - Dos Critérios para a Posição Dominante em Mercado Relevante na Economia Digital

Art. 4º A Plataforma Digital poderá, depois de finalizado o processo administrativo previsto no Art. 8º, ser designada detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital quando, de forma cumulativa:

I - Cumprir os requisitos do §2º do Art. 36 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011;

II - for intermediária indispensável nas utilizações realizadas por usuários profissionais ou outras plataformas digitais para que estes últimos alcancem os usuários finais, outros usuários profissionais ou outras plataformas digitais;

Parágrafo único. Serão determinados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, para cada plataforma digital designada, os serviços e utilizações específicas feitas por usuários profissionais que a caracterizam como detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital e as condutas de risco concorrencial que deverão ser cessadas ou modificadas, após finalizado o respectivo processo administrativo previsto no Art. 8º.

Art. 5º A plataforma digital somente será designada como detentora de ~~de~~ posição dominante em mercado relevante na





economia digital em uma ou mais utilizações e condutas pelo CADE, após a avaliação de mercado relevante na economia digital em inquérito administrativo, decorrente da representação de usuários profissionais ou outras plataformas digitais, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Seção II - Da Representação

Art. 6º A representação prevista no caput do Art. 5º será direcionada à Superintendência Geral do CADE e deverá apresentar indícios de práticas que possam implicar infração à ordem econômica, nos termos do Art. 36 **Lei** 12.529, de 30 de novembro de 2011, ou criar condições que limitem a entrada ou desenvolvimento de usuários profissionais no mercado relevante na economia digital em análise, sem justificativa comercial ou técnica razoável e sem eficiências econômicas compensatórias.

§1º Recebida a representação, a Superintendência-Geral poderá instaurar procedimento preparatório conforme o §2º do art. 66 da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, tendo o prazo máximo de 15 (quinze dias), para definir se trata ou não de matéria de competência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

§2º Caso a Superintendência-Geral entenda não se tratar de matéria de competência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, arquivará a representação, cabendo pedido de reconsideração pelos representantes à Superintendência-Geral no prazo de 15 (quinze) dias após o arquivamento, devendo a Superintendência-Geral apresentar sua conclusão final no prazo máximo de 10 (dez) dias após o pedido de reconsideração.





Seção III - Do Inquérito Administrativo

Art. 7º Caso a Superintendência-Geral entenda que se trata de matéria de competência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, autuará inquérito administrativo, nos termos do art. 66 da **Lei** nº 12.529 de 30 de novembro de 2011, para:

I - identificar e oficiar as plataformas digitais que possuem parcela significativa do mercado em análise para que se manifestem no prazo de 30 (trinta) dias;

II - realizar diligências junto aos Representantes; e

III - decidir se arquiva a representação ou se instaura processo administrativo para avaliação de posição dominante em mercado relevante na economia digital.

Seção IV - Do Processo Administrativo

Art. 8º Caso a Superintendência-Geral decida pela instauração de processo administrativo para avaliação de posição dominante em mercado relevante na economia digital deverá oficiar as plataformas digitais identificadas no inciso I do Art. 7º para que se manifestem no prazo de 30 (trinta) dias, ocasião em que a oficiada poderá cumulativa ou alternativamente:

I - refutar a existência de posição dominante em mercado relevante na economia digital e as práticas de condutas potencialmente anticompetitivas, apresentando esclarecimentos sobre as condutas apontadas na representação, racionalidade





comercial ou justificativa técnica, bem como seus efeitos sobre a concorrência e a presença de eventuais eficiências econômicas;

II - apresentar proposta de Termo de Compromisso de Cessação de Prática com indicação de modificação da(s) conduta(s) apontadas na Representação que possa tornar desnecessária a caracterização da plataforma digital como detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital em uma ou mais utilizações feitas por usuários profissionais.

Subseção I - Da Continuação do Processo Administrativo e da Apresentação de Termo de Compromisso de Cessação de Prática

Art. 9º Após o transcurso do prazo de manifestação pela plataforma digital oficiada previsto no caput, não havendo proposta de adequação das condutas indicadas na Representação conforme o inciso II do Art. 8º, a Superintendência-Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, determinará o prosseguimento, ou não, do processo administrativo, após avaliação dos esclarecimentos prestados conforme o inciso I do Art. 8º.-

Parágrafo único. A decisão pelo prosseguimento do processo administrativo deverá indicar quais as utilizações feitas por usuários profissionais e quais condutas específicas deverão ser cessadas ou modificadas, em razão dos efeitos líquidos negativos da conduta sobre o consumidor, após avaliação dos esclarecimentos prestados conforme o inciso I do Art. 8º submetendo relatório técnico para a deliberação pelo Tribunal do CADE.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal ANY ORTIZ (PP-RS)

Art. 10 Caso a representada apresente proposta para adequação das condutas apontadas na Representação conforme o inciso II do Artigo 8º, a Superintendência-Geral poderá:

I - acatar a proposta de adequação da prática apresentada lavrando Termo de Compromisso de Cessação de Prática a ser assinado pela Representada no prazo de 30 (trinta) dias e homologado pelo Tribunal do CADE, ocasião na qual o procedimento administrativo de designação será encerrado, sem caracterizar a representada como plataforma digital detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital em uma ou mais utilizações feitas por usuários profissionais;

II - abrir período de negociação por 30 (trinta) dias, devendo, ao término deste prazo, a representada encaminhar nova proposta de Termo de Compromisso de Cessação de Prática a ser examinada pela Superintendência-Geral, que deverá manifestar sua aceitação ou recusa, de modo justificado, no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Em caso de recusa, pela Superintendência-Geral, do Termo de Compromisso de Cessação de Prática, deverá esta opinar pelo prosseguimento, ou não, do processo administrativo, nos termos do Artigo 9º no prazo de 15 (quinze) dias.

Subseção II - Do Processo Administrativo no Tribunal do CADE

Art. 11 Remetido o processo administrativo ao Tribunal do CADE, a Representada poderá, até que o processo seja pautado, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, submeter ao Tribunal, nova proposta de Termo de Compromisso de Cessação de Prática.





Parágrafo único. O Tribunal do CADE terá 60 dias, após o recebimento do relatório da Superintendência-Geral, para, alternativamente:

I - arquivar a representação;

II - homologar o "Termo de Compromisso de Cessação de Prática, se houver;

III - seguir total ou parcialmente recomendação da Superintendência-Geral quando esta indicar que a representada deve ser designada como plataforma digital detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital, esclarecendo quais condutas deverão ser modificadas ou cessadas, em razão dos efeitos líquidos negativos da conduta sobre o consumidor.

IV- entender que não há evidências suficientes para se chegar a conclusão sobre a designação da plataforma digital ou entender que a mesma não deve ser designada detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital em nenhuma utilização feita por usuários profissionais, mas que uma ou mais condutas trazidas pela representação podem implicar infração à ordem econômica, ocasiões nas quais o processo administrativo deverá ser convertido em inquérito ou processo administrativo de investigação de conduta, nos termos da Lei 12.529, de 30 de Novembro de 2011.

Subseção III - Da Designação





Art. 12 A designação da plataforma digital como detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital e a correspondente cessação ou modificação de conduta deverão vigorar pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação do respectivo ato de designação no diário oficial, podendo ser estendidas uma vez por igual período, por nova deliberação realizada pelo Tribunal do CADE com base em Relatório Técnico da Superintendência-Geral, ouvida a plataforma digital.

Seção V - Da Inclusão de Novas Condutas

Art. 13 Usuários profissionais ou outras plataformas digitais poderão encaminhar requerimento para inclusão de novas condutas a serem modificadas ou cessadas, nos termos do art. 6º, caput, praticadas por plataformas digitais designadas como detentoras de posição dominante em mercado relevante na economia digital em uma ou mais utilizações.

§ 1º Após representação dirigida à Superintendência-Geral para inclusão de novas condutas a serem cessadas ou modificadas, será aberto prazo de 30 (trinta) dias de prazo para manifestação da plataforma designada para que refute a inclusão de novas condutas, apresentando esclarecimentos sobre as condutas apontadas na representação, racionalidade comercial ou justificativa técnica, bem como seus efeitos sobre a concorrência e a presença de eventuais eficiências econômicas, ou apresente novo Termo de Compromisso de Cessação de Prática.

§ 2º A Superintendência-Geral deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhar Relatório Técnico ao Tribunal do CADE sobre a inclusão das novas condutas para cessação e modificação, em razão dos efeitos líquidos negativos da conduta sobre o consumidor, após





avaliação dos esclarecimentos prestados conforme o §1º, opinando sobre proposta de Termo de Compromisso de Cessação de Prática se houver.

§ 3º O Tribunal do CADE decidirá, no prazo de 30 dias, sobre a aceitação do Termo de Compromisso de Cessação de Prática proposto pela plataforma designada, bem como sobre a adoção total ou parcial, ou a não adoção das recomendações feitas pela Superintendência-Geral.

CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES

Art. 14 O descumprimento da modificação ou cessação de condutas definida pelo Tribunal do CADE conforme os arts. 5º. e 6º ensejará a aplicação das sanções previstas no Art. 37 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Ao Processo administrativo previsto nesta Lei serão aplicadas supletiva e subsidiariamente previsões relativas ao processo previsto no inciso III, do art. 48 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Art. 16 Ao Termo de Compromisso de Cessação de Prática previsto nesta Lei serão aplicadas supletiva e subsidiariamente as previsões do Art. 85 da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Art. 17 As plataformas digitais que forem sediadas no exterior devem designar um representante legal no Brasil para fins de comunicação com as autoridades competentes e recebimento de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (PP-RS)**

intimações, sob pena de suspensão de funcionamento enquanto não regularizada a situação.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Sala das Comissões, maio de 2026

Deputada Federal Any Ortiz

PROGRESSISTAS-RS

Apresentação: 13/05/2026 11:25:12.300 - CDE
PRL 1 CDE => PL 2768/2022

PRL n.1



* C D 2 6 5 4 4 5 4 1 5 8 0 0 *



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO DE LEI Nº 2.768, DE 2022

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.768/2022, com substitutivo, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Any Ortiz.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Jadyel Alencar - Presidente, Antônia Lúcia, Felipe Carreras, Luiz Carlos Busato, Luiz Gastão, Mendonça Filho, Olival Marques, Rodrigo da Zaeli, Vander Loubet, Adriana Ventura, Any Ortiz, Bia Kicis, Eriberto Medeiros, Gilson Daniel, Helder Salomão e Saulo Pedroso.

Sala da Comissão, em 01 de julho de 2026.

Deputado JADYEL ALENCAR
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI
Nº 2.768, DE 2022

Dispõe sobre a regulamentação digital no Brasil, estabelece regras para um ambiente digital competitivo e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei regulamenta a economia digital, estabelecendo regras para um ambiente digital competitivo no Brasil, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

§1º A coletividade é a titular dos bens jurídicos protegidos por esta Lei.

§2º Aplicam-se as disposições desta Lei a toda a economia digital disponível no país, independente da sede e local de funcionamento.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se plataforma digital qualquer aplicação, sítio eletrônico, sistema operacional ou infraestrutura digital que, por meio da internet, cumulativa ou alternativamente:

I – permite, facilite ou realize a intermediação da comunicação, interação ou troca de informações, produtos ou serviços entre usuários;

II - disponibilize espaços para a publicação, armazenamento, exibição ou compartilhamento de conteúdo digital de qualquer tipo, incluindo por meio de serviços de computação em nuvem;

III - promova ou veicule publicidade digital, por meio de anúncios próprios ou



de terceiros, utilizando ou não dados pessoais dos usuários para personalização de anúncios.

Art. 3º Para os fins desta Lei consideram-se as seguintes definições:

I - operador de plataformas digitais: provedor de aplicações de internet que desenvolva, opere, ou de outra forma explore, com fins econômicos, qualquer aplicação, sítio eletrônico, sistema operacional ou infraestrutura digital por meio da internet, conforme o Art. 2º.

II - usuário profissional: qualquer pessoa, física ou jurídica, que, no âmbito das suas atividades profissionais ou comerciais, utilize as plataformas digitais para fornecimento, remunerado ou não, de bens ou serviços a usuários finais;

III - usuário final: demais pessoas, físicas ou jurídicas, que não utilizem as plataformas digitais para atividades profissionais ou comerciais.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DE MERCADO RELEVANTE NA ECONOMIA DIGITAL

Seção I - Dos Critérios para a Posição Dominante em Mercado Relevante na Economia Digital

Art. 4º A Plataforma Digital poderá, depois de finalizado o processo administrativo previsto no Art. 8º, ser designada detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital quando, de forma cumulativa:

I - Cumprir os requisitos do §2º do Art. 36 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011;

II - for intermediária indispensável nas utilizações realizadas por usuários profissionais ou outras plataformas digitais para que estes últimos alcancem os usuários finais, outros usuários profissionais ou outras plataformas digitais;

Parágrafo único. Serão determinados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, para cada plataforma digital designada, os serviços e utilizações específicas feitas por usuários profissionais que a caracterizam como detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital e as



condutas de risco concorrencial que deverão ser cessadas ou modificadas, após finalizado o respectivo processo administrativo previsto no Art. 8º.

Art. 5º A plataforma digital somente será designada como detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital em uma ou mais utilizações e condutas pelo CADE, após a avaliação de mercado relevante na economia digital em inquérito administrativo, decorrente da representação de usuários profissionais ou outras plataformas digitais, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Seção II - Da Representação

Art. 6º A representação prevista no caput do Art. 5º será direcionada à Superintendência Geral do CADE e deverá apresentar indícios de práticas que possam implicar infração à ordem econômica, nos termos do Art. 36 Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, ou criar condições que limitem a entrada ou desenvolvimento de usuários profissionais no mercado relevante na economia digital em análise, sem justificativa comercial ou técnica razoável e sem eficiências econômicas compensatórias.

§1º Recebida a representação, a Superintendência-Geral poderá instaurar procedimento preparatório conforme o §2º do art. 66 da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, tendo o prazo máximo de 15 (quinze dias), para definir se trata ou não de matéria de competência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

§2º Caso a Superintendência-Geral entenda não se tratar de matéria de competência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, arquivará a representação, cabendo pedido de reconsideração pelos representantes à Superintendência-Geral no prazo de 15 (quinze) dias após o arquivamento, devendo a Superintendência-Geral apresentar sua conclusão final no prazo máximo de 10 (dez) dias após o pedido de reconsideração.

Seção III - Do Inquérito Administrativo

Art. 7º Caso a Superintendência-Geral entenda que se trata de matéria de competência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, autuará inquérito



administrativo, nos termos do art. 66 da Lei nº 12.529 de 30 de novembro de 2011, para:

I - identificar e oficiar as plataformas digitais que possuem parcela significativa do mercado em análise para que se manifestem no prazo de 30 (trinta) dias;

II - realizar diligências junto aos Representantes; e

III - decidir se arquivar a representação ou se instaura processo administrativo para avaliação de posição dominante em mercado relevante na economia digital.

Seção IV - Do Processo Administrativo

Art. 8º Caso a Superintendência-Geral decida pela instauração de processo administrativo para avaliação de posição dominante em mercado relevante na economia digital deverá oficiar as plataformas digitais identificadas no inciso I do Art. 7º para que se manifestem no prazo de 30 (trinta) dias, ocasião em que a oficiada poderá cumulativa ou alternativamente:

I - refutar a existência de posição dominante em mercado relevante na economia digital e as práticas de condutas potencialmente anticompetitivas, apresentando esclarecimentos sobre as condutas apontadas na representação, racionalidade comercial ou justificativa técnica, bem como seus efeitos sobre a concorrência e a presença de eventuais eficiências econômicas;

II - apresentar proposta de Termo de Compromisso de Cessação de Prática com indicação de modificação da(s) conduta(s) apontadas na Representação que possa tornar desnecessária a caracterização da plataforma digital como detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital em uma ou mais utilizações feitas por usuários profissionais.

Subseção I - Da Continuação do Processo Administrativo e da Apresentação de Termo de Compromisso de Cessação de Prática

Art. 9º Após o transcurso do prazo de manifestação pela plataforma digital oficiada previsto no caput, não havendo proposta de adequação das condutas indicadas na Representação conforme o inciso II do Art. 8º, a Superintendência-



Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, determinará o prosseguimento, ou não, do processo administrativo, após avaliação dos esclarecimentos prestados conforme o inciso I do Art. 8º.

Parágrafo único. A decisão pelo prosseguimento do processo administrativo deverá indicar quais as utilizações feitas por usuários profissionais e quais condutas específicas deverão ser cessadas ou modificadas, em razão dos efeitos líquidos negativos da conduta sobre o consumidor, após avaliação dos esclarecimentos prestados conforme o inciso I do Art. 8º submetendo relatório técnico para a deliberação pelo Tribunal do CADE.

Art. 10 Caso a representada apresente proposta para adequação das condutas apontadas na Representação conforme o inciso II do Artigo 8º, a Superintendência-Geral poderá:

I - acatar a proposta de adequação da prática apresentada lavrando Termo de Compromisso de Cessação de Prática a ser assinado pela Representada no prazo de 30 (trinta) dias e homologado pelo Tribunal do CADE, ocasião na qual o procedimento administrativo de designação será encerrado, sem caracterizar a representada como plataforma digital detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital em uma ou mais utilizações feitas por usuários profissionais;

II - abrir período de negociação por 30 (trinta) dias, devendo, ao término deste prazo, a representada encaminhar nova proposta de Termo de Compromisso de Cessação de Prática a ser examinada pela Superintendência-Geral, que deverá manifestar sua aceitação ou recusa, de modo justificado, no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Em caso de recusa, pela Superintendência Geral, do Termo de Compromisso de Cessação de Prática, deverá esta opinar pelo prosseguimento, ou não, do processo administrativo, nos termos do Artigo 9º no prazo de 15 (quinze) dias.

Subseção II - Do Processo Administrativo no Tribunal do CADE

Art. 11 Remetido o processo administrativo ao Tribunal do CADE, a



Representada poderá, até que o processo seja pautado, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, submeter ao Tribunal, nova proposta de Termo de Compromisso de Cessação de Prática.

Parágrafo único. O Tribunal do CADE terá 60 dias, após o recebimento do relatório da Superintendência-Geral, para, alternativamente:

I - arquivar a representação;

II - homologar o "Termo de Compromisso de Cessação de Prática, se houver;

III - seguir total ou parcialmente recomendação da Superintendência-Geral quando esta indicar que a representada deve ser designada como plataforma digital detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital, esclarecendo quais condutas deverão ser modificadas ou cessadas, em razão dos efeitos líquidos negativos da conduta sobre o consumidor.

IV- entender que não há evidências suficientes para se chegar a conclusão sobre a designação da plataforma digital ou entender que a mesma não deve ser designada detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital em nenhuma utilização feita por usuários profissionais, mas que uma ou mais condutas trazidas pela representação podem implicar infração à ordem econômica, ocasiões nas quais o processo administrativo deverá ser convertido em inquérito ou processo administrativo de investigação de conduta, nos termos da Lei 12.529, de 30 de Novembro de 2011.

Subseção III - Da Designação

Art. 12 A designação da plataforma digital como detentora de posição dominante em mercado relevante na economia digital e a correspondente cessação ou modificação de conduta deverão vigorar pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação do respectivo ato de designação no diário oficial, podendo ser estendidas uma vez por igual período, por nova deliberação realizada pelo Tribunal do CADE com base em Relatório Técnico da Superintendência-Geral, ouvida a



plataforma digital.

Seção V - Da Inclusão de Novas Condutas

Art. 13 Usuários profissionais ou outras plataformas digitais poderão encaminhar requerimento para inclusão de novas condutas a serem modificadas ou cessadas, nos termos do art. 6º, caput, praticadas por plataformas digitais designadas como detentoras de posição dominante em mercado relevante na economia digital em uma ou mais utilizações.

§ 1º Após representação dirigida à Superintendência-Geral para inclusão de novas condutas a serem cessadas ou modificadas, será aberto prazo de 30 (trinta) dias de prazo para manifestação da plataforma designada para que refute a inclusão de novas condutas, apresentando esclarecimentos sobre as condutas apontadas na representação, racionalidade comercial ou justificativa técnica, bem como seus efeitos sobre a concorrência e a presença de eventuais eficiências econômicas, ou apresente novo Termo de Compromisso de Cessação de Prática.

§ 2º A Superintendência-Geral deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhar Relatório Técnico ao Tribunal do CADE sobre a inclusão das novas condutas para cessação e modificação, em razão dos efeitos líquidos negativos da conduta sobre o consumidor, após avaliação dos esclarecimentos prestados conforme o §1º, opinando sobre proposta de Termo de Compromisso de Cessação de Prática se houver.

§ 3º O Tribunal do CADE decidirá, no prazo de 30 dias, sobre a aceitação do Termo de Compromisso de Cessação de Prática proposto pela plataforma designada, bem como sobre a adoção total ou parcial, ou a não adoção das recomendações feitas pela Superintendência-Geral.

CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES

Art. 14 O descumprimento da modificação ou cessação de condutas definida pelo Tribunal do CADE conforme os arts. 5º. e 6º ensejará a aplicação das sanções



previstas no Art. 37 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Ao Processo administrativo previsto nesta Lei serão aplicadas supletiva e subsidiariamente previsões relativas ao processo previsto no inciso III, do art. 48 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Art. 16 Ao Termo de Compromisso de Cessação de Prática previsto nesta Lei serão aplicadas supletiva e subsidiariamente as previsões do Art. 85 da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Art. 17 As plataformas digitais que forem sediadas no exterior devem designar um representante legal no Brasil para fins de comunicação com as autoridades competentes e recebimento de intimações, sob pena de suspensão de funcionamento enquanto não regularizada a situação.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Sala da Comissão, em 01 de julho de 2026.

Jadyel Alencar
Presidente



FIM DO DOCUMENTO